



GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Monitor da Governança Pan-Amazônica Setembro de 2024

Este monitor registra como a Amazônia apareceu na agenda dos presidentes e Ministérios de Relações Exteriores dos países sul-americanos amazônicos em setembro de 2024. Ao final, também inclui destaques do trabalho da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) no mesmo período. Por meio de uma série de monitores mensais, o Observatório Político Sul-Americano (OPSA) busca criar uma base de informações públicas que permitam avaliar as convergências e divergências políticas entre os governos analisados nos múltiplos temas que envolvem a Pan-Amazônia, além de acompanhar a trajetória da OTCA ao longo do tempo. Os monitores fazem parte do projeto de pesquisa “Governança policêntrica, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável na Pan-Amazônia”, desenvolvido pelo OPSA desde julho de 2023, em parceria com o [OIMC](#) e o [LEGAL](#). O projeto é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), no âmbito do edital [Iniciativa Amazônia+10](#).

Sumário

Bolívia	2
Brasil	4
Colômbia	7
Equador	10
Guiana	12
Peru.....	15
Suriname	17
Venezuela	18
OTCA	19

Bolívia

Por Marília Closs e Débora Bedim

O mês de setembro foi marcado pelo aumento de incêndios florestais na Bolívia, cuja tendência de alta havia se iniciado em agosto. Segundo dados fornecidos pela *Fundación Tierra*, foram contabilizados mais de 10 milhões de hectares queimados no país até o dia 30 de setembro, o que significou “o pior desastre ambiental da história boliviana” [1]. Os números de 2024 já superam os registrados em 2019, quando mais de 5,3 milhões de hectares foram afetados pelas queimadas. Em termos comparativos, em 2024 houve um aumento de 90% na área atingida, o que correspondeu a um crescimento de 4,8 milhões de hectares queimados [1]. Além disso, a *Fundación Tierra* afirmou que este número pode aumentar, pois os focos de fogo seguem ativos no país e a temporada de seca continuará pelas próximas semanas. O departamento mais atingido pelo fogo foi o de Santa Cruz, com uma área queimada equivalente a 68% do total da superfície boliviana atingida, seguido pelo departamento de Beni, com 29% do total nacional [1].

Somente no dia 30 de setembro o presidente Luis Arce declarou oficialmente desastre nacional na Bolívia. Esta decisão foi feita a partir de grande pressão social e política que pediam por “maior intervenção para enfrentar a emergência ambiental” [2]. Como resultado, Arce firmou o Decreto Supremo 5.235, com o objetivo de acelerar a chegada de ajuda internacional e otimizar os recursos nacionais para combater o fogo (ainda que, anteriormente, o governo já houvesse solicitado créditos internacionais para enfrentar a situação) [2]. Ainda conforme o Decreto Supremo 5.225, o governo nacional proibiu queimadas no território nacional por um prazo indefinido, com o objetivo de anular as autorizações de queimadas programadas feitas pela *Autoridad de Fiscalización y Control Social de Bosques y Tierra* (ABT). Além disso, um projeto de lei é estudado para aumentar a pena de 6 para 12 anos de prisão para quem incitar queimadas [3].

Com relação à ajuda internacional, o país recebeu auxílio do Canadá, que enviou um avião-cisterna com capacidade de descarregar 11 mil litros de água, drones e uma equipe técnica para auxiliar nas operações de combate aos incêndios. Dos países da União Europeia, a França enviou um helicóptero; a Espanha mandou 41 bombeiros florestais e um grupo de experts em gestão de emergência; a Alemanha focou os recursos em projetos de prevenção dos incêndios a longo prazo, com objetivo de fortalecer a resposta nacional e a capacidade de proteção ambiental; a Itália, através do projeto Amazônia+, destinou recursos para a formação e preparo de profissionais para prevenção do desmatamento na

zona amazônica; e a Suécia somou esforços por meio de projetos de cooperação, como Amazônia+ e Euroclima, que cobrem custos logísticos e equipamentos necessários para este tipo de operação [4].

Em relação à vizinhança, desde agosto os países sul-americanos também cooperaram com ajuda humanitária e envio de recursos humanos para a Bolívia. Entre eles, o Brasil enviou 61 bombeiros e especialistas; o Peru, 150 caixas d'água e helicópteros; a Venezuela, 60 bombeiros e especialistas; o Chile, quatro especialistas e ajuda humanitária; e o Uruguai, helicóptero e bolsas de água para reforçar as atividades de mitigação dos incêndios. Países de outras regiões, como China, Japão, Rússia, Portugal e Países Baixos, manifestaram seu apoio à Bolívia [5].

No dia 10 de setembro, no marco da LVI Conselho de Ministros das Relações Exteriores da Comunidade Andina (CAN), a Bolívia incorporou oficialmente o tema de “atenção aos incêndios florestais e outros desastres naturais” na nova declaração sub-regional. A proposta boliviana foi aceita pelos demais países da CAN, que reconheceram a gravidade dos incêndios florestais e a importância de uma resposta regional coordenada para esses episódios. Como resultado, a resolução estabeleceu uma plataforma de cooperação técnica e financeira entre os Estados-membros com o objetivo de fortalecer as capacidades de preservação e resposta aos desastres naturais. Esta iniciativa foi um marco significativo para a Bolívia, que busca ser reconhecida como líder em temas ambientais dentro da região Andina [6].

Além disso, no dia 27, durante na IV Reunião de Ministros e Ministras de Relações Exteriores do Consenso de Brasília, no âmbito da semana de abertura dos trabalhos anuais da Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York, Celinda Sosa reforçou a importância da ajuda internacional na luta contra os incêndios florestais na Bolívia e reafirmou a necessidade de uma cooperação solidária e multidimensional. A ministra salientou “a necessidade de fortalecer juntos os mecanismos de resposta ante emergências, dado que a problemática acontece em outros países da região” [7].

Referências

- [1] Disponível em: https://eldeber.com.bo/pais/los-incendios-ya-consumieron-mas-de-10-millones-de-hectareas-segun-la-fundacion-tierra_387194
- [2] Disponível em: https://eldeber.com.bo/santa-cruz/tras-semanas-de-reclamos-el-gobierno-declara-desastre-nacional-por-incendios_386371
- [3] Disponível em: <https://www.mmaya.gob.bo/2024/09/11/se-prohiben-las-quemas-en-bolivia-de-manera-indefinida/>
- [4] Disponível em: <https://cancilleria.gob.bo/mre/2024/09/20/17523/>

[5] Disponível em: <https://cancilleria.gob.bo/mre/2024/09/11/17359/>

[6] Disponível em: <https://cancilleria.gob.bo/mre/2024/09/10/17348/>

[7] Disponível em: <https://cancilleria.gob.bo/mre/2024/09/27/17672/>

Brasil

Por Diogo Ives e Guilherme Fritz

Assim como na Bolívia, o mês de setembro seguiu marcado por grandes incêndios na Amazônia brasileira, provocados por uma combinação entre mudanças climáticas, seca histórica e desmatamento ilegal [1]. Nos primeiros dias do mês, o sudoeste da floresta foi o local que mais emitiu gases de efeito estufa para a atmosfera no mundo, a partir de 82 mil focos de incêndio (número inferior apenas ao do recorde registrado em 2007 de 85 mil focos), segundo medições do observatório europeu Copernicus feitas a partir de imagens de satélite [2]. No acumulado dos últimos três meses, as queimadas na Amazônia brasileira emitiram quase o mesmo volume de gases de efeito estufa que as emissões anuais da Noruega e afetaram 2,4 milhões de hectares de floresta, segundo o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) [3]. Incêndios também atingiram outros biomas do Brasil e, se somados os hectares destruídos desde janeiro de 2024 em todo o território nacional, a área atingiu a marca de 11,4 milhões (cerca de 11 milhões de campos de futebol), o que representa uma alta de 116% em relação a 2023, conforme o MapBiomas [4].

O governo federal anunciou medidas institucionais e legais em reação à onda de queimadas. No dia 10, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva viajou para Manaus, onde se reuniu com prefeitos do Amazonas e anunciou a intenção de criar a Autoridade Climática, órgão para coordenar ações ministeriais sobre clima (discutido desde o governo de transição, em 2022, mas ainda não concretizado), a ser assessorado por um comitê técnico-científico [5]. Além disso, no dia 17, Lula reconheceu que o país não estava preparado para enfrentar os grandes incêndios e que estes, a despeito de serem condicionados pelo aumento do calor no mundo e da seca no Brasil, pareciam ter sido motivados também pelo “oportunismo de alguns setores tentando criar confusão”, o que requeria investigações, inquéritos e interrogatórios para o Estado averiguar a prática de crimes [6].

A ideia de se criar uma Autoridade Climática foi rapidamente politizada. A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, classificou os incêndios como terrorismo climático praticado por “uma aliança criminosa entre ideologias políticas que querem

negar a questão da mudança do clima” [7] e defendeu que a Autoridade Climática seja uma autarquia atrelada ao seu ministério com poder para propor regras, fiscalizá-las e punir violações [8]. Por outro lado, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, cobrou que a criação do órgão e a indicação para seu comando seja discutida com parlamentares, sobretudo da bancada ruralista [9]. Lira também criticou propostas do governo para aumentar penas contra crimes ambientais, por considerar que a legislação atual já é forte e dura [10].

Não obstante, no dia 20, o governo federal decretou, por meio de medida provisória, uma ampliação de penalidades neste tema. Foi instituída uma multa de R\$ 10 mil por hectare ou fração de terra aos responsáveis pelo início da queimada em florestas e outras vegetações nativas. No caso de florestas cultivadas, a penalidade será de R\$ 5 mil. A multa para uso do fogo em áreas agropastoris sem autorização do órgão competente foi aumentada de R\$ 1 mil para R\$ 3 mil (valor dobrado no caso de terras indígenas). Também foi determinada a aplicação de multa com valores entre R\$ 5 mil e R\$ 10 milhões aos responsáveis por imóvel rural que não adotarem as medidas de prevenção e combate a incêndios florestais determinadas pelo Comitê Nacional de Manejo Integrado do Fogo e órgãos competentes do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama). Além disso, outra medida provisória flexibilizou o repasse de recursos para o combate e a prevenção ao fogo nos Estados e no Distrito Federal quando houver situação de calamidade ou de emergência reconhecida pelo governo federal [11].

Além disso, no dia 16, a Advocacia-Geral da União protocolou, na Justiça Federal, a primeira ação de reparação por dano climático em nome do ICMBio. A ação foi motivada pela destruição de 7.075 hectares da floresta amazônica na Floresta Nacional (FLONA) de Jamanxim, no Pará, e pede a indenização de R\$ 635 milhões a cinco fazendeiros [12]. O governo federal também anunciou que avalia a criação de um Plano de Prevenção de Efeitos Climáticos Extremos e de um Conselho Nacional de Segurança Climática, órgão que reuniria setores do Executivo, do Legislativo e do Judiciário [13]. No que toca o envolvimento do Supremo Tribunal Federal na crise de incêndios, o ministro Flávio Divo anunciou, no dia 15, que a abertura de crédito especial pelo governo para combatê-los pode ficar fora do arcabouço fiscal até o final deste ano, pois o princípio da responsabilidade ambiental seria hierarquicamente superior ao da responsabilidade fiscal quando há vidas em risco e perda irreparável de biomas [14].

No que se refere à política externa, a escalada de incêndios ocorreu poucos dias antes da ida do presidente Lula à abertura dos trabalhos anuais da Assembleia Geral da

ONU, em Nova York, no dia 24. Em seu discurso, afirmou que a Amazônia atravessava a pior estiagem em 45 anos; que incêndios florestais se alastraram pelo país e devoraram 5 milhões de hectares no mês de agosto; que seu governo estava lutando contra quem lucrava com a degradação ambiental, como o garimpo ilegal e o crime organizado; e que mais recursos financeiros eram necessários para países pobres enfrentarem problemas climáticos, o que poderia ser transferido dos gastos militares em ascensão no mundo [15]. Lula também sugeriu a transformação do Conselho Econômico e Social da ONU no principal foro para o tratamento do desenvolvimento sustentável e do combate à mudança climática, com capacidade real de inspirar as instituições financeiras [15].

O presidente brasileiro também defendeu transições energéticas no seu discurso, porém, durante sua estadia em Nova York, recebeu, na residência da embaixada brasileira, o presidente global da petroleira Shell e seu representante no Brasil para uma reunião fora da agenda oficial. Quando perguntado pela imprensa se o encontro tratou da exploração de petróleo na Foz do Amazonas, Lula afirmou que a Shell “só vai para a Margem Equatorial quando o governo brasileiro autorizar a Petrobras a fazer pesquisa na Margem Equatorial” [16]. Alguns dias antes, em 19 de setembro, o diretor da Petrobras para transição energética, Maurício Tomalsquin, defendeu a exploração de petróleo na região, vista como necessária para financiar formas de energia mais sustentáveis, durante o Brazil-US Climate Impact Summit 2024, evento promovido pelo jornal brasileiro Valor Econômico e pela Amcham (Câmara de Comércio dos EUA) na sede da ONU.

Por fim, em outro evento paralelo à abertura da Assembleia Geral da ONU, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, apresentou, a representantes de outros países, a proposta brasileira de criar *Tropical Forests Fund Forever*, em elaboração desde o ano passado. O objetivo do fundo é captar recursos de países ricos e remunerar países da América Latina, da África e da Ásia para manterem suas florestas tropicais de pé. Segundo Haddad, aportes ao fundo deverão vir sobretudo de fontes públicas, e não de investidores privados, de modo que serviria como um mecanismo adicional e complementar a mercados de carbono. Entretanto, afirmou que os critérios para a distribuição dos recursos e a governança do fundo ainda estão sendo estudados [18].

Referências

[1] Disponível em:
<https://valor.globo.com/publicacoes/especiais/amazonia/noticia/2024/09/05/crise-climatica-leva-amazonia-ao-limite.ghtml>

- [2] Disponível em: <https://climainfo.org.br/2024/09/12/incendios-e-queimadas-fazem-da-amazonia-regiao-que-mais-emite-carbono-no-planeta/>
- [3] Disponível em: <https://climainfo.org.br/2024/09/19/brasil-em-chamas-2-emissoes-por-queimadas-crescem-60-na-amazonia/>
- [4] Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2024/09/15/dino-autoriza-governo-lula-a-usar-credito-extraordinario-fora-da-meta-fiscal-no-combate-a-incendios.htm>
- [5] Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2024/09/11/lula-anuncia-criacao-de-autoridade-climatica.ghtml>
- [6] Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/09/lula-diz-que-brasil-nao-estava-preparado-para-incendios-e-que-setores-querem-provocar-confusao.shtml>
- [7] Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2024/09/17/brasil-vive-terrorismo-climatico-com-queimadas-feitas-por-aliana-criminosa-diz-marina.ghtml>
- [8] Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2024/09/23/marina-quer-autoridade-climatica-com-perfil-tecnico-e-poder-para-punir.ghtml>
- [9] Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2024/09/18/lira-quer-consenso-em-autoridade-climatica.ghtml>
- [10] Disponível em: <https://climainfo.org.br/2024/09/18/brasil-em-chamas-congresso-reluta-em-aumentar-penas-para-incendios-criminosos/>
- [11] Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2024/09/21/governo-lula-amplia-multas-para-incendios-ilegais-em-meio-a-seca-historica.htm>
- [12] Disponível em: <https://climainfo.org.br/2024/09/17/governo-move-acao-de-r-635-milhoes-contrafazendeiros-por-danos-climaticos/>
- [13] Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2024/09/17/marina-lula-disse-que-gostaria-que-avaliassemos-criacao-de-conselho-de-seguranca-climatica.htm>
- [14] Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2024/09/15/dino-autoriza-governo-lula-a-usar-credito-extraordinario-fora-da-meta-fiscal-no-combate-a-incendios.htm>
- [15] Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2024/09/discurso-do-presidente-lula-na-abertura-da-79a-assembleia-geral-da-onu-em-nova-york>
- [16] Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2024/09/lula-defende-encontro-com-shell-e-diz-que-petroleira-so-vai-para-margem-equatorial-quando-governo-autorizar.shtml>
- [17] Disponível em: <https://climainfo.org.br/2024/09/19/diretor-de-transicao-energetica-da-petrobras-defende-exploracao-de-petroleo-na-foz-do-amazonas/>
- [18] Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2024/09/24/haddad-reforca-que-fundo-para-preservar-florestas-sera-financiado-primeiro-por-paises.htm>

Colômbia

Por **Júlia Furtado Reis** e **Matheus Petrelli**

Entre os dias 12 e 14 de setembro, o presidente colombiano, Gustavo Petro, e a ministra do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Susana Muhamad,

participaram de um circuito de eventos pela região amazônica intitulado “Salve a Floresta, Conservar Paga”. O circuito tinha os objetivos de promover a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável, bem como difundir políticas do governo voltadas para a proteção do meio ambiente. Na abertura do primeiro evento, no dia 12, Muhamad afirmou que os três pontos-chave para salvar a Amazônia são “estabilizar os direitos do campesinato, potencializar a bioeconomia e realizar uma aliança público-popular no coração da Amazônia” [1].

No dia 13, ainda no âmbito do circuito, foi anunciado que a região de Caquetá, que tradicionalmente é uma das mais desmatadas, teve uma redução de 67% no desmatamento dos últimos dois anos como consequência da implementação do “Conservar Paga”, um programa de incentivos financeiros para comunidades que se comprometem com a conservação da Amazônia [2]. Segundo nota do ministério, o desmatamento teve uma redução histórica durante o governo Petro graças às ações que unem o trabalho do governo com as comunidades; a agenda ambiental para promoção da paz e investigação criminal; e a institucionalização territorial [3]. Visando fortalecer esses três eixos, a ministra também anunciou a criação de uma concessão florestal camponesa e de uma rede de direitos humanos para defensores ambientais. Segundo Muhamad, a partir dessas resoluções, será possível promover a regularização de ocupações camponesas e garantir que aqueles que lutam pela preservação amazônica não fiquem “sozinhos” [4].

Em contraste ao intuito do circuito amazônico, no dia 22 de setembro, foram registrados 26 focos de incêndios florestais na Colômbia. Atingindo uma área de aproximadamente 11 mil hectares, as queimadas representaram um risco à biodiversidade e foram consequências do aquecimento global, segundo o governo. Visando a combatê-los, membros do corpo de bombeiros, exército nacional, cruz vermelha e brigada de atenção e desastres atuaram fazendo descargas d’água. Só no município de Natagaima, no estado de Tolima, foram utilizados cerca de 18 mil galões [5].

No plano internacional, entre os dias 22 e 27 de setembro, uma comitiva de autoridades do governo colombiano esteve em Nova York para participar de uma série de encontros no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Semana do Clima de Nova York. No dia 22, em seu discurso na abertura da Semana do Clima, Susana Muhamad ressaltou a necessidade de incluir a biodiversidade e a restauração da natureza como pilares fundamentais da transição climática [6]. Alinhada com a posição do presidente colombiano Gustavo Petro, Muhamad ressaltou a importância de

descarbonizar as economias nacionais, um desafio particular para a Colômbia, que depende da exportação de carvão e petróleo [6]. A ministra ainda reforçou a importância de se estabelecer um Tratado de Não Proliferação de Combustíveis Fósseis, uma iniciativa que a Colômbia compartilha com treze países e que visa a criação de um compromisso coletivo pela eliminação de hidrocarbonetos da produção de energia [6] [7].

No dia 24, Gustavo Petro proferiu um discurso centrado na proteção do meio ambiente durante a abertura do debate geral da Assembleia Geral da ONU [8]. O presidente colombiano ressaltou que a situação na Amazônia está pior do que no último ano, já que foram queimados “11 milhões de hectares na floresta amazônica, em apenas um mês, por causa do aquecimento global e da crise climática” e a floresta chegará ao ponto de não retorno se continuar sofrendo com as queimadas [8]. A disparidade entre os países que têm papel no agravamento da crise climática também foi ressaltada por Petro. “Uma oligarquia global está levando a humanidade à sua própria extinção”, segundo ele, ao contribuir mais para a emissão de gases de efeito estufa e ao mesmo tempo não participar ativamente de uma solução coletiva [8]. Petro se direcionou aos povos do mundo quando apelou para a criação de um “exército da vida” para combater o capital fóssil globalmente, apontado como um dos principais motores da crise climática em curso [8].

Contudo, no dia 27, o presidente da empresa petrolífera colombiana Ecopetrol, Ricardo Roa, propôs substituir o gás natural por outros combustíveis fósseis líquidos em períodos críticos para gerar energia e se comprometeu com o fornecimento de 65% da demanda nacional por gás natural em 2025 [9]. A proposta vai de encontro ao apelo que o governo Petro vem fazendo em fóruns multilaterais para o abandono do uso de petróleo e gás natural.

Referências

- [1] Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/en-florencia-presidente-petro-y-ministra-muhamad-lideran-gira-para-salvar-la-amazonia/>
- [2] Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/programa-conservar-paga-impulsa-historica-reduccion-de-la-deforestacion-en-caqueta/>
- [3] Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/gobierno-emprende-gira-en-la-amazonia-con-grandes-anuncios-por-la-conservacion-de-los-bosques/>
- [4] Disponível em: <https://www.eltiempo.com/vida/medio-ambiente/gobierno-otorga-concesiones-forestales-en-la-amazonia-campesinos-podran-hacer-un-uso-regulado-del-recurso-forestal-y-de-la-biodiversidad-en-los-baldios-de-la-nacion-3381668>

[5] Disponível em: <https://www.eltiempo.com/colombia/otras-ciudades/incendios-forestales-en-colombia-siguen-fuera-de-control-hay-26-puntos-de-fuego-activos-y-se-reportan-cerca-de-11-mil-hectareas-afectadas-3383416>

[6] Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/la-transicion-climatica-requiere-un-nuevo-sistema-economico-que-se-adapte-a-los-ciclos-de-la-naturaleza-susana-muhamad-en-la-semana-del-clima/>

[7] Disponível em: <https://fossilfuelstreaty.org/endorsements>

[8] Disponível em: <https://gadebate.un.org/en/79/colombia>

[9] Disponível em: <https://www.eltiempo.com/economia/sectores/presidente-de-ecopetrol-propone-sustituir-el-gas-natural-por-combustibles-fosiles-en-periodos-criticos-para-generar-energia-3384833>

Equador

Por Ghaio Nicodemos e Beatriz Bandeira de Mello

O mês de setembro foi crítico para toda a região amazônica do Equador, que desde abril convive com um ciclo de seca e altas temperaturas. No fim de agosto e início de setembro, a sucessão de incêndios florestais (mais de 3.000 em toda a Bacia Amazônica) impactou o Equador, sobretudo na região de fronteira com o Peru [1]. O país também foi afetado pela fumaça oriunda de outros países, que cobre parte do território nacional desde o final do mês de agosto, fenômeno que se agravou no dia 2 de setembro e só começou a enfraquecer no dia 7 do mesmo mês [2]. A Secretaria Nacional de Gestão de Riscos (SNGR) informou que o fogo consumiu 23.452 hectares de vegetação entre 23 de agosto e 18 de setembro, com um total de 1.337 focos de incêndio registrados [3]. Diante do cenário, o Comitê de Operações de Emergência (COE) declarou alerta vermelho em dois terços das províncias do país e situação de *déficit* hídrico. Desde janeiro, cerca de 35 mil hectares foram afetados pelo fogo no Equador.

Apesar dos incêndios terem sido controlados no sul do país, na semana seguinte novos focos de incêndio, desta vez na província de Pichincha, no entorno da região metropolitana de Quito, na serra, afetaram a população, levando a uma interrupção de atividades escolares e baixa qualidade do ar [4]. Além disso, a seca nacional afetou o fornecimento de energia elétrica, levando a um racionamento do fornecimento de eletricidade e à interrupção de diversas atividades comerciais [5]. No Equador, parte do fornecimento elétrico é oriundo de hidrelétricas, que estão com reservatórios abaixo dos limites desde o final do ano passado, o que tem causado dependência da capacidade de usinas termoelétricas e de importações oriundas da Colômbia.

Medidas domésticas e internacionais foram anunciadas para lidar com a crise. No dia 2 de setembro, o Conselho Amazônico aprovou o financiamento de US\$ 11,5 milhões

para o Fundo Comum da Amazônia, a fim de implementar políticas de apoio ao setor pecuarista, conectividade, serviços básicos e espaços de recreação [6]. Estão incluídos no projeto aterros sanitários e sistema de esgoto pluvial e um parque turístico. Por sua vez, no dia 6, o Instituto Nacional de Meteorologia e Hidrologia (INAMHI), vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, Água e Transição Ecológica (MAATE), divulgou a plataforma INAMHI-GEOGLOWS orientada para o fortalecimento das capacidades de antecipação e resposta aos incêndios florestais [9]. A ferramenta disponibiliza dados sobre precipitações, temperatura, umidade e ventos que auxiliam no diagnóstico de condições climáticas que possam favorecer o surgimento de incêndios florestais. O dispositivo foi desenvolvido em colaboração com Ecociencia, o programa SERVIR Amazonía, com o apoio do USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional), da NASA, da *Alliance of Bioversity International* e do CIAT (Centro Internacional para a Agricultura Tropical).

Finalmente, no dia 29, foram anunciadas medidas para a restauração das regiões afetadas pelos incêndios florestais no país [11]. Lideradas pelo MAATE, as ações incluem o diagnóstico das áreas, preparação do solo, seleção de espécies nativas, limpeza de escombros e coordenação de equipes de trabalho. O trabalho, com duração prevista para 6 meses, se dará mediante a articulação entre instituições públicas, privadas, organizações da sociedade civil e representantes da Secretaria de Educação Superior, Ciência e Tecnologia.

Para além da crise, entre os dias 3 e 5 de setembro, o Equador sediou a primeira edição da Convenção Internacional do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), em Quito [8]. O encontro reuniu cerca de 140 representantes de 17 países. Entre 2022 e 2026, o Equador recebeu do GEF cerca de US\$ 39 milhões em projetos, com destaque para iniciativas voltadas para o desenvolvimento sustentável da Amazônia, articuladas com o apoio das comunidades locais, organizações da sociedade civil e do governo equatoriano. O encontro foi organizado pelo Ministério do Ambiente, Água e Transição Ecológica.

No dia 30 de setembro, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e com a empresa Lavazza, do setor de cafeicultura, foi anunciado um grande projeto para a produção de café orgânico livre de deflorestamento. O projeto une o MAATE e o Ministério de Agricultura e Pecuária com o intuito de beneficiar 400 famílias da região por meio da melhoria de 18 centros de beneficiamento de café na região amazônica. Terá fundos do PROAmazônia, financiado, por sua vez, pelo Fundo Verde para o Clima e pelo Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) [7].

Por fim, cabe mencionar que, no dia 10, o presidente Daniel Noboa se encontrou com empresários do setor de mineração em Toronto, no Canadá [10]. Na reunião, representantes das empresas Barrick Gold Corporation, Gran Tierra Energy Inc e Salazar Resources conversaram sobre a possibilidade de ampliação de investimentos no Equador. O diretor-executivo da Gran Tierra Energy Inc, que atua na exploração e produção de petróleo e gás natural, propôs a ampliação de ações para melhorar as condições de vida das comunidades situadas nas zonas de operação de Orellana e Sucumbíos, situadas na Amazônia equatoriana.

Referências

- [1] Disponível em: <https://www.expreso.ec/actualidad/incendios-forestales-ecuador-brasil-cause-consecuencias-riesgos-212326.html>
- [2] Disponível em: <https://www.elcomercio.com/actualidad/ecuador/humo-de-mas-de-3-000-incendios-forestales-llega-a-ecuador.html>
- [3] Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2024/09/20/ecuador-registra-mais-de-1300-incendios-florestais-em-menos-de-um-mes.htm>
- [4] Disponível em: <https://www.elcomercio.com/actualidad/quito/incendios-quito-medidas-sobre-clases.html>
- [5] Disponível em: <https://www.dw.com/es/ecuador-implementa-apagones-nocturnos-y-teletrabajo-por-su-peor-sequ%C3%ADa/a-70236280>
- [6] Disponível em: <https://www.secretariadelamazonia.gob.ec/mas-de-11-millones-500-mil-dolares-para-6-nuevos-proyectos-aprobo-el-consejo-de-la-amazonia/>
- [7] Disponível em: <https://www.ambiente.gob.ec/el-gobierno-del-ecuador-se-asocia-con-el-pnud-y-lavazza-para-producir-cafe-libre-de-deforestacion-y-proteger-su-patrimonio-forestal/>
- [8] Disponível em: <https://www.infobae.com/america/agencias/2024/09/02/ecuador-acogera-la-primera-edicion-de-convencion-del-fondo-mundial-para-el-medio-ambiente/>
- [9] Disponível em: <https://www.ambiente.gob.ec/el-inamhi-cuenta-con-una-herramienta-para-fortalecer-las-capacidades-de-anticipacion-y-respuesta-frente-a-incendios-forestales/>
- [10] Disponível em: <https://www.comunicacion.gob.ec/agenda-presidencial-en-canada-continua-con-encuentros-con-inversionistas-canadienses/>
- [11] Disponível em: <https://www.metroecuador.com.ec/noticias/2024/09/30/como-sera-el-proceso-de-restauracion-de-ecosistemas-afectados-por-incendios-forestales/>

Guiana

Por Guilherme Fritz

No dia 25 de setembro, o presidente da Guiana, Irfaan Ali, discursou na abertura da 79ª Assembleia Geral das Nações Unidas. Na ocasião, ressaltou a importância da Guiana no combate às mudanças climáticas, já que a maior parte do seu território é

formado por florestas e é dotado por uma diversidade de fauna e flora do país. Em seguida, evidenciou a estratégia de desenvolvimento econômico do governo, resumida em dois pilares: um identificado com as grandes rendas obtidas com a extração de petróleo *offshore* e outro marcado pelo recebimento de financiamento climático via venda de créditos de carbono, além de outros instrumentos que favoreçam a preservação ambiental. Irfaan Ali reconheceu que a ideia de desenvolvimento econômico é constantemente desafiada pelos desastres climáticos e pela necessidade em mitigar tais consequências, porém reforçou que, diante do dilema entre crescer e preservar, é necessário que os países desenvolvidos transfiram recursos — dinheiro e tecnologia — para os países em desenvolvimento ajudarem a enfrentá-lo da forma mais sustentável possível [1].

Ainda sobre o tema do crescimento econômico e suas contradições ambientais, o Ministério das Finanças da Guiana, divulgou, no dia 28 de agosto, um relatório semestral acerca da performance econômica do país. O Ministro das Finanças, Dr. Ashni Singh, no dia 31 de agosto, destacou alguns elementos, como por exemplo: o crescimento econômico total de 49,7%, no qual está inserido o crescimento de 12,6% dos setores que não são referentes ao setor de óleo e gás. A indústria do arroz cresceu cerca de 17,9%; a da pesca, 27,7%; e a da mineração, cerca de 64,3% (esta última liderada pela extração de petróleo, mas acompanhada por outras atividades, como extração de diamantes, areia, rochas e manganês, que, somadas, tiveram um crescimento de 45,5%). Também ressaltou o crescimento do setor de manufaturas, de serviços e da construção civil, cujos percentuais atribuídos foram respectivamente de 27,5%, 7,3% e 43,7%, além da disponibilidade de crédito, que cresceu 20,3%. Todos os percentuais são frutos de comparações com o ano de 2023. O relatório foi apresentado com o seguinte título: *Staying in the Course: Building Prosperity for All* (“Mantendo o Curso: Construindo Prosperidade para Todos”, tradução nossa) [2] [3].

Os resultados econômicos apresentados (não apenas os números, mas sua composição) ilustram bem o dilema entre crescimento econômico e preservação ambiental apontado por Irfaan Ali em seu discurso nas Nações Unidas. Como sempre deixa evidente em seus discursos, o presidente guianense aposta em uma estratégia que combina a preservação das florestas de seu país e a nova renda petroleira, de tal forma que a primeira seja capaz de ofertar créditos de carbono para compensar as emissões geradas pelos combustíveis fósseis produzidos no litoral da Amazônia e vendidos em um largo mercado internacional que se desenvolve desde o século XX. Os números permitem inferir a grande movimentação que a economia da Guiana está tendo a partir das

atividades de óleo e gás, mas não deixam claro o estado dos mecanismos de compensação climática que deveriam ser simultâneos a este crescimento.

Dado o pouco conhecimento que cerca a Guiana, sempre convém lembrar que se trata de uma ex-colônia que teve sua independência em 1966 e que é um dos países mais pobres da América do Sul, de modo que seus governantes têm poucas margens de autonomia no plano internacional. A Guiana experimenta possibilidades inéditas de crescimento econômico hoje em face da descoberta de petróleo ao longo da última década, o que pode ou não gerar um desenvolvimento social mais equânime, com menos prejuízos ambientais, a depender de decisões políticas dos governos de ocasião e das pressões exercidas em torno do pagamento de impostos e do respeito a regulações pelas empresas oriundas de países mais ricos que fazem a extração do combustível, com destaque para a ExxonMobil dos Estados Unidos.

Além disso, para ser melhor compreendida a agência do governo Ali, a Guiana precisa ser situada dentro do percurso moderno da história humana, que edificou um largo sistema internacional em que um dos pilares é a acumulação de riqueza e capital, sendo a capacidade assimétrica de acumulação uma característica presente e decisiva dentro de sociedades e entre países. Tal acumulação não leva necessariamente a uma distribuição equilibrada dos excedentes, ainda que aponte para possibilidades sempre maiores de avanços técnicos e tecnológicos, inclusive mais capazes de dar continuidade ao processo de crescimento material com menos implicações climáticas e ambientais.

A problematização desenvolvida aqui não busca apontar saídas, mas levantar perguntas: quais as possibilidades de um Estado com poucos recursos, pouca tecnologia e majoritariamente dependente de uma mercadoria levar adiante seu desenvolvimento de forma justa e ambientalmente responsável? A própria ideia de desenvolvimento deveria ser contestada em prol de uma lógica de decrescimento? Que países deveriam decrescer? Certamente não é possível responder nenhuma destas perguntas olhando apenas para a Guiana de forma isolada ou negligenciando as longas temporalidades que formaram a conjuntura presente. O que parece, ao certo, é que a própria edificação do sistema capitalista internacional impõe dificuldades para um país pobre equacionar crescimento econômico e preservação ambiental de forma isolada.

Referências

[1] Disponível em: <https://webtv.un.org/en/asset/k1t/k1totvmumg>

[2] Disponível em: <https://guyanachronicle.com/2024/09/01/guyana-overcomes-external-hurdles-to-continue-astronomical-growth>

[3] Disponível em: <https://finance.gov.gy/wp-content/uploads/2024/08/Mid-Year-Report-2024.pdf>

Peru

Por Kethlyn Winter e Jefferson Nascimento

O mês de setembro foi marcado por incêndios que se alastraram por diferentes países da América do Sul e que atingiram também a Amazônia peruana. Foram registrados cerca de 17.600 hectares de terra perdidos somente na região da Amazônia, no Peru, em consequência dos incêndios florestais [1]. Devido aos inúmeros incêndios, foi decretada emergência em diferentes departamentos localizados na região amazônica. Na tentativa de resolver o problema das queimadas, o Conselho de Ministros apresentou uma proposta de “Lei de Prevenção e Controle de Incêndios Florestais”, que prevê o estabelecimento de mecanismos de intervenção das emergências decretadas por esse fim. Além disso, pretende-se conceder uma assistência técnica a pequenos agricultores que realizam queimadas [2]. A proposta, que ainda será analisada pelo Congresso, também visa a estabelecer sanções para quem provoca incêndios florestais em áreas naturais protegidas, refúgios de vida selvagem e ecossistemas frágeis, afetando as populações próximas desses territórios [2].

No dia 19 de setembro, de acordo com um relatório do Serviço Nacional de Áreas Naturais Protegidas pelo Estado (Sernanp), entidade do Ministério do Meio Ambiente (Minam), 95% dos incêndios em áreas florestais já haviam sido controlados ou liquidados [3]. Contudo, a situação ainda não estava resolvida. No dia 25 de setembro, o Instituto Nacional de Defesa Civil (Indeci) anunciou que, embora 58 focos de incêndios tivessem sido contidos, 40 ainda continuam ativos [4].

No que toca a política externa, houve algumas iniciativas relevantes ocorridas no mês de setembro. No âmbito da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), a Comissão Nacional Permanente Peruana (CNPP), que é presidida pelo Ministério de Relações Exteriores (MRE), aprovou um plano de trabalho com o objetivo de implementar as decisões acordadas na Declaração de Belém, assinada em 9 de agosto de 2023 [5]. Essa iniciativa visa ao fomento do desenvolvimento econômico sustentável, à proteção da biodiversidade da Amazônia peruana e à promoção e proteção dos povos indígenas e outras populações vulneráveis na região.

Além disso, entre os dias 16 e 18 de setembro, a cidade de Lima foi sede do primeiro Fórum Internacional de Finanças Verdes. O evento foi organizado conjuntamente pelos Ministérios do Meio Ambiente e de Economia e Finanças do Peru e contou com a participação de especialistas em assuntos financeiros de 18 países. O fórum reflete a articulação de agências de cooperação e bancos de desenvolvimento com o objetivo comum de impulsionar financiamento para projetos de desenvolvimento sustentável [6].

Segundo o governo, o Peru vem tendo um papel pioneiro na América Latina no que concerne ao fomento das finanças verdes através da ação do Estado [6]. Em 28 de janeiro de 2021, foi aprovada a *Hoja de Ruta de Finanzas Verdes*, um documento que visa a facilitar a implementação de atividades voltadas para incorporar aspectos ambientais na gestão das entidades financeiras. Com essa iniciativa, o Estado peruano espera que, até 2030, 3% dos recursos do setor financeiro privado sejam destinados a projetos ambientais [7].

Outro evento internacional voltado para discutir questões ambientais foi a Sessão Especial do Fórum de Ministras e Ministros do Meio Ambiente da América Latina e do Caribe. O evento ocorreu entre os dias 12 e 13 no Rio de Janeiro. Esta sessão teve como objetivo promover um espaço de discussões de alto nível diplomático para encaminhar ideias para eventos multilaterais futuros. Durante sua participação, o ministro peruano do Meio Ambiente, Juan Carlos Castro, que preside o fórum, ressaltou que o Peru vem trabalhando na atualização da Estratégia Nacional de Diversidade Biológica para 2050 e que a prioridade da política ambiental do Peru é o cumprimento do Novo Objetivo Coletivo Quantificado (NCQG), que tem a finalidade de ampliar o financiamento de projetos voltados para enfrentar a crise climática [8].

Por fim, conclui-se que houve uma maior movimentação da agenda ambiental no Peru neste mês, sobretudo com relação ao combate aos incêndios. A criação de uma lei sobre o tema demonstra a iniciativa de criar uma medida ambiental estruturante para o futuro e não apenas para a resolução de problemas imediatos. No âmbito internacional, o papel do Peru na tentativa de promoção de uma cooperação regional em finanças verdes evidencia a busca por contribuir internacionalmente para a agenda ambiental. Isso também é notado a partir da iniciativa da criação de grupos de trabalho no âmbito da OTCA. Desse modo, é possível afirmar que o país trabalha pela cooperação multilateral no que tange a agenda ambiental, especialmente dos países amazônicos.

Referências

- [1] Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/09/17/peru-tambem-sofre-com-incendios-florestais-15-ja-morreram-e-quase-100-ficaram-feridos-este-ano#>
- [2] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1024497-gobierno-aprueba-propuesta-de-ley-de-prevencion-y-control-de-incendios-forestales>
- [3] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1024835-alrededor-del-95-de-incendios-forestales-en-areas-naturales-protegidas-fueron-controlados>
- [4] Disponível em: <https://larepublica.pe/sociedad/2024/09/25/incendios-forestales-en-peru-2024-lambayeque-huanuco-y-cajamarca-se-suman-al-estado-de-emergencia-declarado-por-indeci-minsa-1984825>
- [5] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/1029324-comision-nacional-de-la-otca-refuerza-su-compromiso-con-el-desarrollo-sostenible-de-la-amazonia-y-de-sus-pueblos>
- [6] Disponível em: <https://caretas.pe/medio-ambiente/informe-reino-unido-finanzas-verdes-la-oportunidad-peruana/>
- [7] Disponível em: <https://gestion.pe/blog/conexion-esan/2024/01/finanzas-verdes-sus-avances-en-el-peru-y-los-sectores-comprometidos-en-impulsarla.html>
- [8] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1021979-peru-impulsa-agenda-comun-en-la-region-para-articular-esfuerzos-a-favor-de-la-biodiversidad-frente-al-cambio-climatico-y-la-desertificacion>

Suriname

Por Guilherme Fritz

Entre os dias 9 e 12 de setembro, uma delegação do Ministério das Relações Exteriores, Negócios Internacionais e Cooperação do Suriname foi enviado a Caiena, na vizinha Guiana Francesa, para participar de atividades do Comitê de Acompanhamento do Programa de Cooperação Inter-Amazônica 2021-2027 (IASP 2021-2027). O programa é composto pelos países que cooperam no espaço do Escudo da Guiana: Guiana Francesa, República do Suriname, República Cooperativa da Guiana e Brasil (no que toca três estados: Amapá, Pará e Amazonas [1]).

No dia 9 de setembro, o comitê realizou uma visita à aldeia de Oyapoque, no Brasil, para tratar de assuntos relacionados à violência doméstica e outras questões sociais enfrentadas pelas mulheres. Depois, no dia 11, ocorreu o 1º Workshop Amazônico no Dia Internacional da Cooperação, cujo tema foi a “Cooperação Além das Fronteiras”. O encontro salientou os quatro pilares do programa: 1) cooperação mais inteligente, 2) cooperação mais verde, 3) cooperação mais social e 4) melhor governança para a cooperação regional. O financiamento é feito pela União Europeia (FEDER-CTE) [1].

No dia 25 de setembro, o presidente do Suriname, Chandrikapersad Santokhi, discursou na abertura da 79ª Assembleia Geral das Nações Unidas [2] [3]. Durante sua fala, o presidente destacou a necessidade na realização de mudanças na arquitetura do sistema econômico internacional, assumindo que os desafios presentes não podem ser superados individualmente pelos Estados e requerem uma cooperação em escala global. Concretamente, Santokhi pediu por reformas nas instituições financeiras internacionais, como o Banco Mundial e o FMI, de tal forma que os meios empregados sejam mais inclusivos e permitam o desenvolvimento justo aos países mais pobres. Além disso, afirmou a necessidade de um financiamento climático mais enfático, não apenas como uma estratégia para a preservação, mas também como forma de compensação aos países que preservaram e continuam mantendo de pé suas florestas, um serviço que considerou essencial para o planeta.

Santokhi salientou que os países pequenos, como o Suriname, necessitam de ajuda externa e que o acesso a tecnologias de ponta e inclusivas são necessárias para que consigam avançar em seus projetos de desenvolvimento inclusivo e preservação ambiental. As capacidades técnicas necessárias para atingir determinado patamar de sofisticação tecnológica exigem tempo e maturação, algo que a estrutura sistêmica pode dificultar caso tais relações sejam deixadas ao sabor da espontaneidade da concorrência. Em suma, o presidente do Suriname reivindicou uma participação maior dos poderes políticos para a criação de um sistema econômico internacional mais justo.

Referências

[1] Disponível em: <https://gov.sr/guyana-schild-partners-zetten-interregionaal-amazone-samenwerkingsprogramma-2021-2027-voort/>

[2] Disponível em: <https://media.un.org/avlibrary/en/asset/d326/d3260655>

[3] Disponível em: <https://gov.sr/president-santokhi-multilaterale-samenwerking-essentieel-voor-het-aanpakken-van-mondiale-uitdagingen/>

Venezuela

Por Thaís Jesinski Batista e Stephanie Braun

A agenda política venezuelana no mês de setembro continuou concentrada nos desdobramentos da eleição presidencial de julho. Em relação à Amazônia, o mês foi marcado por incêndios florestais, tal como no restante da região. Segundo o Grupo de

Investigações sobre a Amazônia (Griam), no território amazônico venezuelano não foram observados focos de incêndio de grande escala. Ainda assim, o Departamento de Engenharia Hidrometeorológica da Universidade Central da Venezuela (Hidromet-UCV) detectou 2.283 focos de calor no estado de Bolívar, 252 no Amazonas e 320 no Delta Amacuro [1].

Além disso, no mês de setembro, as operações da Força Armada Nacional Bolivariana (FANB) para coibir atividades de mineração ilegal na Amazônia venezuelana continuaram. No âmbito da operação “Escudo Bolivariano Neblina 2024”, no dia 1º de setembro, o comandante Domingo Hernández Lárez anunciou a detenção de dois colombianos ligados a ações de mineração ilegal no estado do Amazonas [2]. Posteriormente, no dia 4 de setembro, Hernández anunciou a destruição de um acampamento de apoio logístico a atividades de mineração ilegal no setor Caño Carmen, do estado do Amazonas [3].

Referências

[1] Disponível em: <https://www.elnacional.com/venezuela/la-amazonia-venezolana-no-se-ha-visto-afectada-por-incendios-en-brasil-y-bolivia/>

[2] Disponível em: <https://www.elnacional.com/venezuela/detienen-a-dos-colombianos-en-amazonas-por-practicar-la-mineria-ilegal/>

[3] Disponível em: <https://www.laradiodelsur.com.ve/fanb-desmantelo-campamento-de-mineria-ilegal-en-amazonas/>

OTCA

Por Beatriz Bandeira de Mello

Nos dias 2 e 3 de setembro, representantes do governo e da sociedade civil se reuniram em Brasília para a Segunda Reunião da Aliança Amazônica de Combate ao Desmatamento e para a Reunião Técnica Preparatória da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) para a COP 16 que acontecerá em outubro, na Colômbia [1]. Durante o encontro, os participantes fizeram um levantamento sobre os avanços da primeira edição da Aliança, realizada no ano passado, e propuseram novas metas para a construção de políticas públicas que promovam o desenvolvimento sustentável da Amazônia e combatam o desmatamento. Para a Secretária-Geral interina da OTCA,

Vanessa Grazziotin, a cooperação entre os países amazônicos é fundamental para alcançar as metas estabelecidas na Declaração de Belém.

O evento contou ainda com a participação de representantes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que apresentaram o projeto “Arco da Restauração” voltado para a recuperação de áreas degradadas na Amazônia brasileira. O encontro, apoiado pela OTCA, contou também com a colaboração da Aliança Amazônica de Combate ao Desmatamento, liderada pelo Brasil, e com a presença de membros do governo brasileiro. No dia 5, as diretoras da OTCA visitaram o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) em São José dos Campos, em São Paulo [2]. Na ocasião, elas discutiram o fortalecimento da cooperação entre as instituições, principalmente no monitoramento dos biomas amazônicos, com destaque para o Programa de Monitoramento dos Biomas Brasileiros e o Programa Queimadas, desenvolvidos pelo INPE, que fornecem dados que auxiliam as ações de preservação da biodiversidade amazônica.

As diretoras também passaram pela sala de monitoramento do Programa BiomasBR e pelo Laboratório de Integração e Testes, onde são desenvolvidos e testados os satélites utilizados para o monitoramento climático e ambiental. Segundo a Ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação do Brasil, Luciana Santos, a cooperação entre a OTCA e o INPE mostrou que a união entre ciência e tecnologia é uma ferramenta fundamental para a preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável da região amazônica. A presença da Secretária-Geral interina da OTCA, Vanessa Grazziotin, reforçou o compromisso da organização com a cooperação internacional e a produção de informações para a consolidação de ações coordenadas para o monitoramento e preservação da Amazônia.

Também no dia 5 foi comemorado o Dia Internacional da Mulher Indígena [3]. A Declaração de Belém, adotada pelos países da OTCA, em seu parágrafo 41, reforça a necessidade de fortalecer o protagonismo e a participação de todas as mulheres, povos indígenas e jovens nos fóruns e espaços de decisão que visam a construção de políticas públicas de adaptação e mitigação nos países amazônicos. A Resolução RES/XIV MRE-ACTO/14, do Observatório Regional Amazônico (ORA) da OTCA, rege o módulo de mulheres rurais para a Amazônia, como uma plataforma que reúne dados que alimentam estratégias de desenvolvimento, programas e políticas para as mulheres que atuam na região. Esses dispositivos dialogam com a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), em vigor desde 1981.

Nos dias 17 e 18 de setembro, Manaus sediou o Seminário Internacional G20 sobre Amazônia e Florestas Tropicais, que reuniu especialistas, cientistas e representantes de organizações internacionais [4] [5]. O evento, organizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) do Brasil, em parceria com a OTCA, com a UNESCO, a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) e a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPII), movimentou debates sobre mudanças climáticas, descarbonização, inclusão social, inovação tecnológica, bioeconomia e inovação aberta em cooperação internacional.

Ao longo dos dois dias, participaram do seminário autoridades do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), especialistas do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). As reuniões também contaram com a presença de lideranças de comunidades indígenas e acadêmicos que refletiram sobre a integração entre a ciência e os saberes tradicionais. A Secretária-Geral interina da OTCA, Vanessa Grazziotin, destacou a importância dos esforços coordenados e das ações concretas, além da valorização das práticas tradicionais das comunidades que residem na Amazônia.

Já Osvaldo Moraes, diretor do Departamento de Clima e Sustentabilidade do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, reforçou a importância da cooperação internacional e do uso de inovações tecnológicas que ajudem na mitigação dos efeitos das mudanças climáticas e, simultaneamente, auxiliem no desenvolvimento econômico da região. Ao final do encontro, o Grupo de Trabalho em Pesquisa e Inovação (RIWG) apresentou um relatório com os resultados e propostas encaminhadas pelo seminário que será utilizado como base para as futuras ações do G20 em relação à preservação das florestas tropicais, em especial da Amazônia.

Entre os dias 23 e 28 de setembro, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), com o apoio da OTCA e do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), promoveu uma missão técnica internacional em Brasília e Porto Velho, com vistas a fortalecer o combate ao desmatamento e a preservação da Amazônia [6]. As missões abordaram estratégias para prevenir incêndios florestais e aprimorar a fiscalização ambiental, além de incentivar a troca de informações para melhorar ações de preservação. A ação contou com a apresentação do projeto CRIMFLO do UNODC, workshops promovidos pelo IBAMA e

visitas à Amazônia Legal com a finalidade de fomentar ações de combate aos crimes ambientais e estimular a cooperação entre as agências ambientais e as forças de segurança.

No dia 23, a OTCA organizou o workshop “Encontro de intercâmbio sobre conhecimentos tradicionais de povos e nacionalidades indígenas associados às mudanças climáticas na Amazônia do Suriname”, na capital Paramaribo [7]. A iniciativa faz parte do projeto “Criação da Plataforma Regional Amazônica de Povos Indígenas”, apoiado pela OTCA e pelo Programa EUROCLIMA implementado pela AECID, GIZ e CEPAL. Com a participação de lideranças indígenas, do Coordenador de Assuntos Indígenas da OTCA e representantes dos países amazônicos, o encontro fomentou o diálogo entre diferentes setores da sociedade.

A proposta do encontro foi a geração de insumos para a criação da Plataforma Regional Amazônica dos Povos Indígenas, amparada pelas orientações da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC), pela Plataforma de Comunidades Locais e Povos Indígenas (LCIPP), implementada pelo Acordo de Paris, os dispositivos da Declaração de Belém¹ (2023), por meio do Mecanismo Amazônico dos Povos Indígenas, e a Resolução RES/XIV MRE-OTCA/07 – todos focados na criação de espaços para a coordenação de questões indígenas. Assim, busca-se a complementariedade entre o conhecimento ancestral e a coordenação de ações para mitigar os impactos das mudanças climáticas sobre as comunidades.

No dia 30 de setembro, a OTCA anunciou o Segundo Encontro Regional de Diálogo “Avanços e Desafios na Construção da Plataforma Regional Amazônica de Povos Indígenas”, a ser realizado entre os dias 1 e 4 de outubro, em Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia [8]. Durante o encontro, os participantes apresentarão os avanços recentes da Plataforma e participarão de debates sobre a proteção de territórios indígenas, acesso a financiamentos e operacionalização da Plataforma, além de estratégias para a criação de indicadores para monitoramento das vulnerabilidades dos povos indígenas frente às mudanças climáticas. Um dos momentos aguardados é a apresentação da Estratégia Regional de Povos Indígenas e Mudança Climática (ERPICC), que orientará as atividades da Plataforma rumo à defesa dos direitos e conhecimentos indígenas na formulação de políticas públicas para o território amazônico.

¹ Parágrafos 6, 28 e 43.

Referências

- [1] Disponível em: <https://otca.org/pt/paises-amazonicos-reforcam-cooperacao-regional-na-luta-contr-o-desmatamento-e-se-preparam-para-a-cop16/>
- [2] Disponível em: <https://otca.org/pt/diretoras-da-otca-e-representantes-de-paises-membros-visitaram-o-inpe-para-fortalecer-cooperacao-em-monitoramento-da-amazonia/>
- [3] Disponível em: <https://otca.org/pt/dia-internacional-das-mulheres-indigenas-celebracao-e-compromisso/>
- [4] Disponível em: <https://otca.org/pt/manuel-sedia-seminario-internacional-sobre-a-amazonia-e-florestas-tropicais/>
- [5] Disponível em: <https://otca.org/pt/seminario-internacional-do-g20-sobre-amazonia-discute-preservacao-e-desenvolvimento-sustentavel/>
- [6] Disponível em: <https://otca.org/pt/ibama-e-otca-realizam-missao-tecnica-internacional-para-combater-desmatamento-na-amazonia/>
- [7] Disponível em: <https://otca.org/pt/encontro-de-intercambio-de-saberes-tradicionais-de-povos-e-nacionalidades-indigenas-associados-as-mudancas-climaticas-na-amazonia-do-suriname-a-partir-do-projeto-criacao-da-plataforma-regional/>
- [8] Disponível em: <https://otca.org/pt/otca-realiza-o-segundo-encontro-regional-de-dialogo-sobre-a-plataforma-amazonica-de-povos-indigenas/>